

A Instrução Pública na Província da Parahyba do Norte: A Influência da Família Carneiro da Cunha – 1823-1874

Cristiano Ferronato

Resumo

Neste texto, analisamos o desenvolvimento da educação na então província da Parahyba do Norte, tendo como referência a influência da família Carneiro da Cunha. Dentre os integrantes desta família, selecionamos quatro membros os quais acreditamos que tiveram participação nesse desenvolvimento educacional: Estevão Carneiro da Cunha, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, Manuel Maria Carneiro da Cunha e Silvino Elvidio Carneiro da Cunha. Por conseguinte, analisamos a influência do Seminário de Olinda na instrução da juventude paraibana. Esta instituição foi o foco de irradiação da Revolução de 1817 e tinha um número considerável de alunos da Parahyba, por isso a participação dos jovens da província neste levante foi muito significativa.

Palavras-chave: Parahyba do Norte; Instrução Pública; Império; Seminário de Olinda.

The Public Instruction in The Parayba do Norte Province: The Influence of de Carneiro da Cunha Family – 1823-1874

Abstract

This text discussing the development of education in the then province of Parahyba North, with reference to the influence of the family Carneiro da Cunha. Among the members of this family selected 4 members who believe took part in this educational development: Estevão Carneiro da Cunha, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, Manuel Maria Carneiro da Cunha and Silvino Elvidio Carneiro da Cunha. Consequently examining the influence of the Seminario de Olinda in the youth local. This institution has been the focus of irradiation of the Revolution of 1817 and had a considerable number of students from the Parahyba, so the participation of young people of the province in this uprising was very significant.

Keywords: Parahyba do Norte; Public Instruction; Empire; Seminário de Olinda.

A elaboração deste texto insere-se nas discussões surgidas durante a construção de nossa dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba intitulada **Construindo uma nova ordem: o debate sobre a Educação na Assembléia Geral e Constituinte do Império do Brasil-1823**. Esta pesquisa também está vinculada aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa em História da Educação na Paraíba Imperial (GPHEPI). Grupo este vinculado ao Programas de Pós-Graduação em Educação e em História na Universidade Federal da Paraíba e ao Núcleo de Documentação e Informação de História Regional – NDHIR/UFPB. O grupo mantém relação também com o GT-PB do HISTEDBR-História, Sociedade e Educação no Brasil, que tem sua sede na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

O Grupo de Pesquisa conta com a coordenação dos professores Cláudia Engler Cury e Antônio Carlos Ferreira Pinheiro e com a participação de alunos de mestrado em Educação e História e de Graduação em História que têm suas pesquisas vinculadas à instrução pública na Parahyba do Norte no período imperial.

No momento, o grupo está finalizando o levantamento do *corpus documental* com o qual trabalhamos, quais sejam as correspondências oficiais, as atas das reuniões dos deputados provinciais, relatórios de presidentes de província, de diretores da instrução pública e particular dirigidos aos presidentes e a legislação que foi produzida no período imperial. Estes documentos se encontram no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba - FUNESC. Assim, este texto é um dos resultados das discussões realizadas para a construção da monografia e das pesquisas realizadas no interior do grupo.

1. Sobre as fontes

As fontes que utilizamos para este texto são as que estão sendo coletadas pelo grupo de pesquisa, quais sejam as correspondências oficiais, as atas das reuniões dos deputados provinciais, relatórios de presidentes de província, de diretores da instrução públi-

ca e particular dirigidos aos presidentes e a legislação que foi produzida no período imperial. Estas são nossas principais fontes, mas não são percebidas aqui como verdades absolutas, visto que como diz Lopes (2001, p. 81):

embora a “revolução documental” também, tenha atingido e marcado profundamente o campo da história da educação, os pesquisadores têm insistido na necessidade de, mesmo para aqueles que abordam novos temas e que se utilizam de fontes não-tradicionais, de recorrerem aos arquivos propriamente ditos. Mas em vez de fetichizarem o documento acreditando que ele possa falar toda a verdade, os historiadores têm se esforçado em problematizar essas fontes.

A utilização das fontes é essencial para a afirmação da pesquisa em História da Educação. Esta, vista como ato da história humana, centrada na esfera do fenômeno educacional, não se afirma sem a história e nem sem suas orientações. Assim, trabalhar na esfera da História da Educação é também uma forma de estudar e registrar a história de um determinado ponto de vista. Saviani (1980, p. 34) nos indicou isso ao falar da Filosofia e da História na compreensão e no trato dos problemas da educação, afirmou que “a filosofia não se dá no vazio, da mesma forma que a História não se dá no abstrato; quer dizer, a Filosofia é uma atitude que se dirige a algo e a História é uma história concreta, portanto história de alguma coisa”.

Alguns pesquisadores afirmam que a História da Educação no Brasil, ainda estaria por ser escrita e padeceria de carências de levantamentos de fontes e de conhecimentos dos princípios da pesquisa histórica por parte dos educadores e dos que a têm escrito. Isso sinalizaria a cientificidade do gênero em nossa visão e a referência à necessidade de consulta a fontes documentais, além da denúncia do vício da compilação.

As fontes trazem suas marcas temporais, sua historicidade. O documento, perceptível como fonte e

testemunho da história, exprime questões de sua época, pois foi produzido por condições nela criadas; dessa forma, cada época cria suas próprias fontes ou oferece às fontes remanescentes de outras épocas sua interpretação.

Sobre isso, afirma LeGoff (1984, p.548):

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou não, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento, que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao seu futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.

Percebemos a fonte como um dado indicativo da história e a relação pesquisador-objeto como uma relação de caráter aberto, de pergunta e escuta sobre o que as fontes nos dizem ou silenciam. É uma relação de reconstrução em que o passado e o presente mostram-se cúmplices.

Para a análise do *corpus documental*, optamos por trabalhar na perspectiva de tempo braudeliano, ou seja, da longa duração. O evento e a mudança para serem percebidos devem emergir da permanência, do tempo longo, “das prisões da longa duração”, para usar uma expressão de Braudel. Construir uma dialética da duração, em que a estrutura, a conjuntura e o evento, ou seja, os tempos longo, médio e curto sejam apreciados e identificados é o projeto do autor em torno do qual esta discussão está centrada.

A dialética da duração é, portanto, um tempo composto, fundamentalmente coletivo, que não tem a duração do indivíduo, mas sim a de décadas, séculos. Em sua complexidade e interdisciplinaridade, admi-

te a coexistência de velocidades e orientações diferentes permitindo, assim, a visualização da multiplicidade, dos tempos plurais que conformam os ritmos dos grupos sociais ao movimentarem suas vidas. Para Braudel (2005, p.43- 49), a importância da dialética da duração está na percepção da pluralidade do tempo social, na “oposição viva, íntima, repetida indefinidamente entre o instante e o tempo lento a escoar-se”.

No tempo braudeliano, estão envolvidos os três tipos de tempo: a reconstrução, ou seja, a organização do material do conhecimento; a concepção do autor e o tempo vivido da realidade. O autor inclui, portanto, em sua dialética da duração, o tempo real e o tempo reconstruído; o tempo reconstruído e a visão geral da história do historiador, “e tanto no tempo real quanto no reconstruído, as relações de exclusão e inclusão das dimensões longa, média e curta das durações” (REIS, 1994, p.82). Desse modo, é que percebe e identifica descontinuidades e assimetrias na continuidade do tempo longo e obtém um resultado complexo, não-linear, não-determinista.

O desejo de trabalhar com a História da Educação paraibana, no século XIX, deu-se por concordarmos com Pinheiro (2006, p.1) quando este afirma que “a produção historiográfica sobre o período imperial paraibano ainda é incipiente”. Isto apesar dos esforços de pesquisadores como o próprio professor Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e a professora Claudia Cury entre outros que têm se empenhados em analisar a educação na Paraíba imperial. A pesquisa sobre a História da Educação na Paraíba ainda exhibe algumas lacunas que precisam ser preenchidas e os trabalhos aqui publicados se propõem a preenchê-las.

A Parahyba do Norte é uma das províncias mais antigas do Brasil desta forma, como diz PINHEIRO (2006, p.1), “guarda uma significação histórica que precisa ser mais bem conhecida e analisada”. Por isso a importância do desenvolvimento de tais pesquisas.

Durante o processo de levantamento dos documentos para nossa dissertação deparamo-nos com muitos documentos que traziam referências aos estudantes paraibanos que se dirigiam para Pernambuco a fim de realizar seus estudos no Seminário de Olinda e aos integrantes da família Carneiro da Cunha. Desta forma, surgiu a necessidade de analisar a importân-

cia desta instituição na formação da juventude local e a *permanência* dos integrantes desta família no processo político e educacional da província da Parahyba no período imperial.

Assim, o que pretendemos neste texto é analisar o desenvolvimento da educação na então província da Parahyba do Norte, tendo como referência a influência da família Carneiro da Cunha. Além disso, a importância do Seminário de Olinda na instrução da juventude paraibana. Dentre os integrantes desta família, selecionamos quatro membros que acreditamos ter participação neste desenvolvimento educacional: Estevão Carneiro da Cunha, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, Manuel Maria Carneiro da Cunha e Silvino Elvídio Carneiro da Cunha.

2. O Seminário de Olinda e sua influência na Parahyba do Norte

Com a proclamação da Independência, em 1822, a educação tornou-se um dos temas mais importantes para a consolidação do Estado Nacional. Neste momento, o Brasil sofria a penetração das idéias democráticas de Jean Jacques Rousseau e da Revolução Francesa, idéias que muito influenciavam os jovens naquele momento. Na província da Parahyba do Norte, estas idéias chegavam com os estudantes da aristocracia local que iam fazer faculdade na Europa e tinham contato com o que lá era produzido e, ao retornarem, traziam estes conhecimentos apreendidos. Os estudantes que não podiam ir para a Europa tinham contato com tais idéias no Seminário de Olinda fundado por Azeredo Coutinho.

Neste período, a educação/instrução, começou a preocupar os dirigentes da nova nação. Por isso, esse foi um dos temas inseridos nos debates da Assembléia Constituinte de 1823, levando a discussões muito acaloradas entre os deputados – conforme referenciado em nossa pesquisa de mestrado nos Anais da Assembléia Geral Constituinte do Império.

A fundação, em 1800, do Seminário de Olinda por Azeredo Coutinho marcou profundamente o norte do Brasil e a província da Parahyba, neste período, denominada “ilustração brasileira”. O fundador tinha origem nos engenhos de açúcar da região fluminense. Sua formação também passou pela geração de estu-

dantes de Coimbra no Seminário Nossa Senhora da Graça e é um dos responsáveis pela introdução do ensino de ciências no Brasil. O Seminário realizava uma função de escola secundária, isto é, ficava entre o ensino elementar e o superior, tendo entre suas aulas um conjunto de aulas régias e eclesiásticas com a função básica da formação de quadros para a organização do Estado, o Bispo Azeredo Coutinho dizia:

quando o habitante dos sertões e das brenhas for filósofo quando o filosofo for habitante das brenhas e dos sertões, ter-se-á achado o homem próprio para a grande empresa das descobertas da natureza e dos tesouros; o ministro da religião, o pároco do sertão e das brenhas, sábio e instruído nas ciências naturais, é o homem que se deseja¹ (HOLLANDA, 1966, p. 212).

Alves (1993, p. 212) afirma que, enquanto na França o processo revolucionário se tornava cada vez mais sangrento levando reis e nobres à guilhotina, os padres eram afastados da escola laica emergida das propostas revolucionárias formuladas para a instrução pública. No Brasil, em época correspondente, teve lugar:

a implantação de uma escola cujo projeto pedagógico visou atender necessidades nitidamente burguesas, segundo o que se pretende demonstrar, mesmo tendo vicejado no interior da Igreja Católica e mesmo sendo, o seu idealizador, um homem muito diferente do livre-pensador francês, pois defensor do absolutismo e da escravidão. O Seminário de Olinda foi essa escola e o bispo Azeredo Coutinho foi esse Homem (HOLLANDA, 1966, p. 212).

A fundação desta escola veio atender a uma lacuna no norte do Brasil que carecia de locais para a formação de uma juventude ansiosa em se apoderar de instrumentos intelectuais, para assim realizar seus projetos de emancipação e inserir-se na elite, diferenciando-se da população escrava.

Na província da Parahyba do Norte, especificamente, segundo Pinto (1977, p. 163-171), depois de sucessivos pedidos, o Marquês de Pombal, por Carta Régia de 17 de abril de 1766, ordenou a criação de uma cadeira de Latim que só viria a ser ocupada em 12 de novembro de 1783 pelo professor João Adolfo, com o ordenado de trezentos mil réis, o qual viria a ficar na história da educação paraibana como o primeiro professor a receber subvenção do Estado. Esta data é considerada por alguns pesquisadores como o marco do começo do ensino oficial em terras paraibanas. Após o seu falecimento, João Adolfo foi substituído pelo Padre Antônio Trindade Antunes Meira e posteriormente pelo Padre Joaquim de Brito Baracho.

O ensino passou a ser realizado, mas não mudou muita coisa na região desde o tempo dos jesuítas. A fundação do Seminário de Azeredo Coutinho despertou interesse na província da Parahyba do Norte. Esta vivia há muito tempo sob a influência pernambucana e quando do desmembramento em 1799, o Bispado de Olinda continuou influenciando a região. Assim, com a maior parte dos jovens da Parahyba estudando no Seminário, supomos que semelhantes sentimentos liberais daquela província com quem mantinha também relações de parentesco familiar, espalhassem-se pelas terras paraibanas. O Seminário de Olinda, foco de irradiação da Revolução de 1817, tinha um número considerável de alunos da Parahyba; por isso, a participação dos jovens da província neste levante foi muito significativa.

Muitos dos participantes do movimento de 1817 eram ex-alunos do Seminário e exerceram a função de padres-mestres desta escola. Entre eles, destacam-se os Padres Gonçalo Borges e o Padre de Pombal José Ferreira Nobre. Este último, depois de preso e libertado, foi eleito para a Assembléia Geral e Constituinte do Império do Brasil de 1823.

3. A família Carneiro da Cunha e a instrução na Parahyba do Norte

O Seminário de Olinda teve importante relação com a formação da juventude paraibana do período. As famílias mais tradicionais enviavam seus filhos para esta instituição para a formação dos mesmos.

Entre estas famílias, os Carneiro da Cunha tiveram alguns integrantes das salas de aulas do Seminário. Um destes estudantes paraibanos, que teve sua formação no Seminário de Olinda, foi Estevão José Carneiro da Cunha, matriculado como estudante “de fora” na cadeira de Geometria com apenas mais dois alunos.

Estevão José Carneiro da Cunha se tornou militar desde cedo, por isso esta cadeira foi muito importante para sua carreira, visto que, nela, tratava-se de assuntos como Épocas, Medidas de Tempo, Situação Geográfica dos Lugares, Operações Táticas de Campanha etc. Mantendo os costumes da época que envolviam uma prática socioeconômica de conservação das grandes riquezas familiares, Estevão casou-se com a irmã de um dos líderes do movimento na Província, Amaro Gomes Coutinho. A formação de soldado de Estevão foi muito profissional e todos os conhecimentos apreendidos no Seminário foram por ele utilizados. Ao final do movimento, durante a fuga de Borges da Fonseca, Estevão permaneceu à frente até a rendição final, fugindo e se escondendo em suas terras onde escreveu algumas cartas na tentativa de livrar-se das acusações de Francisco Xavier Monteiro da Franca, membro do governo provisório. Ele foi absolvido e eleito para o novo governo.

Nestas cartas, a sua formação militar e a formação racional e moral iluminista – adquiridas no Seminário - transpareceram. Estevão fugiu para a Inglaterra num navio de bandeira americana, escapando do triste fim de seu cunhado – esquartejado no Recife. Voltou em 1821 e foi conduzido logo à presidência da Província da Parahyba do Norte, iniciando uma carreira política e tornando-se, juntamente com toda a família Carneiro da Cunha, um defensor da monarquia. Esta aproximação com a monarquia pode ser exemplificada na afirmação do Barão de Abiahy, também integrante deste clã, que teria dito: “quando mesmo a República domine em toda parte, a Parahyba estará firme ao lado do trono”.

Neste cargo, desenvolveu várias atividades em torno do desenvolvimento da instrução na região, seguindo sempre as lições iluministas apreendidas no Seminário. Entre estas, a criação de muitas cadeiras de primeiras letras no interior da Província e o início de um projeto para a futura instalação, no governo

de seu tio Manuel Maria Carneiro da Cunha, do Lyceu Paraibano em 1836.

Estevão José Carneiro da Cunha esteve por quase um ano na presidência da Província e realizou várias melhorias na Capital, como iluminação e reformas de prédios tal como o que abrigava o antigo Seminário dos Jesuítas. O que podemos notar numa carta de resposta, que versava sobre o recebimento de cinco portarias, a José Joaquim Carneiro de Campos, ele afirmou:

Quanto à terceira (portaria) ficamos certos de que a renda da Décima se não deve inclinar para a iluminação desta Capital, visto já ter aplicação legal, e fica destinada para a Capela do Batalhão de primeira linha o Templo dos Jesuítas (1973, p. 645).

Em todos os seus escritos, podemos perceber uma linguagem com uma grande influência iluminista adquirida no Seminário de Olinda. Na sua gestão, as tabelas de vencimentos dos professores foram reformadas sendo elevados para 200 mil réis os vencimentos da escola primária, e para 300 mil réis, os da cadeira de Latim e de Geometria pelo Edital de 21 de Junho de 1823 da Junta Governativa. Esta cadeira, segundo Kulesza (2000), teve como lente seu companheiro de armas – Joaquim José de Souza. Uma cadeira de Filosofia Racional e Moral também foi criada, mas não vingou.

O edital de criação desta cadeira ratificou:

Desejando a Junta Provisória de Governo propagar as Luzes nesta Província, promovendo e criando cadeiras científicas para instrução da mocidade, faz público, que vai estabelecer uma cadeira de Filosofia Racional e Moral nesta cidade, para que apareçam concorrentes a ela, os quais em concurso, ou por documentos legais se mostrem aptos para exercê-la, para ma sua concorrência ser preferido aquele, que mais digno parecer ao novo governo, aprazando-se o dia 6 de julho próximo vindouro para nele comparecerem os mesmos pretendentes (FUNESC: cx 07, 1824).

Os reflexos do iluminismo pombalino estavam presentes nas realizações de Estevão José Carneiro da Cunha, via Seminário de Olinda. Estevão tentava assim apresentar solução a um dos problemas mais imediatos reclamados pela mocidade paraibana: o oferecimento de uma educação na própria província, sem o deslocamento para Pernambuco. Assim, com mais sucesso, foram criadas cadeiras de latim nas Vilas de Pilar, Nova da Rainha, Brejo da Areia e Souza, com os ordenados anuais de 240 mil réis, e cinco de primeiras letras, em Bananeiras, Itabaiana, Santa Rita, Cabedelo e Serra da Raiz, com 150 mil réis. Ao realizar tais atividades, Estevão estaria atendendo a uma aspiração geral por educação, própria do período. (Aspiração que era uma característica do período.) Kulesza (2000) afirma que esta reivindicação pode estar imputada à influência iluminista; para corroborar tal tese, apresenta-nos um requerimento de 19 de abril de 1822 da Câmara da Vila de Campina solicitando ao governo provincial um professor de primeiras letras chamando a atenção para “o quanto convém à Pátria a propagação das luzes, as quais só se dilatam com a cultura das letras”.

Manuel Maria Carneiro da Cunha foi outro membro da Família Carneiro da Cunha que teve uma participação importante na consolidação do processo de desenvolvimento educacional na Paraíba. Era tio de Estevão José Carneiro da Cunha e fugiu com ele para a Inglaterra no fim da revolução. Há muito tempo, os paraibanos vinham reclamando a necessidade da criação de um estabelecimento de educação secundária na Província, pois assim não teriam que se deslocar para outras províncias em busca de sua ilustração, como já foi dito acima. A Província já vinha tendo algum avanço no ensino secundário e seria normal que o próximo passo fosse a criação de tal estabelecimento. Podemos perceber, através dos documentos que trabalhamos que, a partir de 1824, a criação de cadeiras de ensino teve na província um crescimento anual.

Em um documento, de 21 de agosto, D. Pedro II ordenou a criação de uma cadeira de Gramática latina e concurso para seu preenchimento:

Faço saber a vós presidente da Província da Parahyba do Norte: que sendo-me pre-

sente em consulta da mesa do Desembargador do Paço o requerimento do Padre José Ignácio de Brito Barocha em que me suplicava a confirmação da Cadeira de Gramática Latina dessa cidade. E visto a informação que de vós se houve a que sobre tudo respondeu o desembargador da Coroa Soberana e Fazenda Nacional. Houve por bem por minha imediata resolução de oito de abril do corrente ano tomado na minha consulta, determinar que se processe o concurso a referida cadeira de Gramática Latina dessa cidade (FUNESC: cx. 08, 1826).

Esse crescimento, no entanto, de cadeiras de primeiras letras na Província sempre esteve sujeito às oscilações econômicas da Paraíba e aos problemas com as secas. Quando estes se agravavam, as primeiras atitudes eram fechar as cadeiras.

Em 17 de novembro, em outro documento, o Visconde de São Leopoldo falou sobre a criação de várias cadeiras de primeiras letras e de Gramática Latina na Província:

Sendo presente a sua Majestade o Imperador o ofício, datado em 11 de agosto próximo passado, do Vice Presidente da Província da Paraíba relativo à criação de várias cadeiras de Primeiras Letras e de Gramática Latina em diferentes Vilas, Povoações e lugares da mesma Província (FUNESC: cx. 1826).

Em vários outros documentos, podemos notar o avanço da criação de várias cadeiras de primeiras letras pela Província. Com a criação de tais cadeiras, a idéia de um estabelecimento de ensino secundário foi se fortalecendo. Segundo Mello (1996, p. 38), esta idéia teria surgido em 1831, no governo de José Thomaz Nabuco de Araújo, logo após a queda do primeiro Império, em um período que, segundo o autor:

os espíritos ansiosos tornavam a cair na receio que lhes trouxeram os passados dias anteriores à Independência, foi que surgiu essa luminosa idéia da criação de um curso superior, libertando a mocidade paraibana da tutela literária dos cursos idênticos de Olinda e Recife, e abrindo, desde então uma nova era aos que procuravam nos livros uma educação integral.

Em 7 de junho de 1831, em sessão do Conselho Adjunto do Governo, foi criado o curso que tinha a composição de quatro cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Retórica, Geografia e elementos de História e Francês; mas, apenas em 22 de dezembro de 1832, as cadeiras foram preenchidas, por falta de interessados no concurso, e foi criada mais uma cadeira, a de Geometria.

Em 1835, governava a Paraíba do Norte, Manuel Maria Carneiro da Cunha, tio de Estevão José Carneiro da Cunha, na condição de presidente em exercício, visto que era vice-presidente de Basílio Quaresma Torreão. Manuel Maria Carneiro da Cunha, assim como seu sobrinho, tratou de criar condições para que fossem criadas cadeiras de primeiras letras em vários locais da Província, como percebemos neste documento de 1835, com a publicação da Lei número 116, de 19 de maio de 1835:

Art 1: Ficam criadas aulas de primeiras letras nas povoações de São José, da vila Nova de Souza, Catolé do Rocha, da de Pombal, Misericórdia, da de Pinço, Santa Luzia, da de Patos, Congo, da de São João, e de Boa Vista, da de Campina Grande, Mamanguape e Pilar.

Art.2: Os professores daquelas terão ordenado de 300\$000 e os destas de o de 400\$000 e mais uma gratificação de 100\$000 se ensinarem francês.

Art 3: As escolas de primeiras letras criadas por essa lei (de 16/10/1827) e as que já se acham criadas, excepto as da capital, serão de ensino vulgar e nelas de (se

?) ensinarão as matérias designadas no artigo sexto da citada Lei de 15 de outubro.

Art. 4: Os professores públicos nesta província poderão cobrar os seus ordenados, apresentando atestação de frequência, passado pelo respectivo Juiz de Paz e provado que a Câmara Municipal não se reuniu na ocasião do vencimento do ordenado.

Art.5: Um ano depois da primeira abertura das aulas criadas por esta lei, nenhum dos professores poderá receber seu ordenado sem que prove ter ao menos 20 alunos matriculados e em exercício em sala de aula, se ela for de primeiras letras, 12 sendo de Latim e 6 de francês.

Art. 6: Ficam revogadas as disposições em contrário.

[...]

Palácio do Governo da Província da Paraíba do Norte em, 19 de março de 1835.

Manuel Maria Carneiro da Cunha (PINHEIRO/CURY, 2004, p. 12)

Em 24 de março de 1836, o presidente em exercício, Manuel Maria Carneiro da Cunha, assinou a lei de número 11, que criava o Lyceu, transcrita a seguir:

Manuel Maria Carneira da Cunha, vice-presidente da Província da Paraíba do Norte. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa provincial Decretou e eu sancionei, a Lei seguinte:

Art.I – Fica estabelecido nesta cidade um Lyceu que será composto dos professores das cadeiras de Latim, Francês, Retórica, Filosofia e primeiro ano de matemática, já criadas na mesma cidade, de dois substitutos, um para estas duas últimas cadeiras e outro para as primeiras, e finalmente, um porteiro.

Art.II - O Lyceu será colocado no primeiro andar do edifício em que, presentemente se reúne a Assembléia Provincial.

Art. III - Os sobreditos lentes reunidos em congregação nomearão dentre si, a escrutínio secreto e a pluralidade relativa, um Diretor e um Vice-Diretor.

Art. 4- A Congregação organizará os estatutos para o Lyceu, os quais servirão internamente até que sejam aprovados pela Assembléia Provincial.

Art.V – Haverá no mesmo Lyceu uma Biblioteca que se comporá dos livros constantes das relações feitas pelo Diretor que para este fim ouvirá os respectivos lentes [...].

Palácio do Governo da Província da Paraíba do Norte em, 24 de março de 1836. Décimo quinto da Independência, e do Império.

Manuel Maria Carneiro da Cunha – Vice-Presidente. (PINHEIRO/CURY, 2004, p. 92)

O Lyceu Provincial da Parahyba, nos seus primeiros anos, funcionou no primeiro andar do edifício da Assembléia Legislativa Provincial sendo transferido, posteriormente, para um salão do Palácio do Governo. Em 1839, foi transferido para o antigo Seminário dos Jesuítas permanecendo até 1939, quando foi transferido para a sede atual. É importante considerar que esse não foi o primeiro estabelecimento de ensino secundário criado no nordeste, uma vez que Pernambuco e Rio Grande do Norte já contavam com este tipo de instituição.

A província da Parahyba sempre teve poucos recursos financeiros; dessa forma, para a manutenção financeira do Lyceu, o governo provincial substituiu o “subsídio literário”, criado pelo Marques de Pombal, por um imposto de dois mil réis por cada cabeça de vaca abatida para o consumo. Segundo Menezes (1982, p. 55), “No orçamento para o anno de 1836 a 1837 figura na verba com a instrução pública a quantia de 20:380\$000, quando o total das verbas orçamentárias era de 90:893\$660 [...]”. Temos então que, apesar dos poucos recursos da província, esta custeava os gastos com a sua instrução.

Em 1838, o Lyceu já contava com 120 alunos frequentando as suas cadeiras; no entanto, a instituição passava por algumas dificuldades e uma fragilidade em seu funcionamento

Essa fragilidade no funcionamento do Lyceu gerou debates em torno da estruturação das cadeiras que faziam parte de sua proposta curricular. Esse aspecto foi resolvido com a publicação de uma segunda legislação no ano seguinte (1839). Nela verificamos a criação de duas novas cadeiras: uma de Inglês e outra de Geografia, Cronologia e História, saindo, portanto esses conteúdos da cadeira de Retórica. Vale salientar que a cadeira de Retórica também incorporava os conteúdos de geografia, cronologia e história, além da de poética. A definição dessas cadeiras seguiu os objetivos do curso de Humanidades que já existia na Parahyba do Norte desde 1831 e que visava atender a juventude que vislumbrava se preparar para o ensino superior, isto é, principalmente, para a Academia Jurídica de Olinda ou para a Faculdade de Medicina da Bahia (PINHEIRO/CURY, 2006, p. 9).

O Liceu Paraibano se tornou em uma das instituições de ensino mais respeitadas do país. E esta

respeitabilidade cultural e educacional que o Lyceu Parahybano adquiriu ao longo dos anos foi certamente um legado que os seus professores construíram por pertencerem, em sua grande maioria, a elite intelectual paraibana. Além do reconhecimento social os gestores provinciais paraibanos determinaram que todo aquele que tivesse obtido o diploma no Lyceu Paraibano estava automaticamente “habilitado para os empregos provinciais de preferência a outro qualquer independente de concurso e de mais outra prova de habilitação”. Podendo ainda ser contratado pelo poder

provincial como professor do próprio Lyceu sem a necessidade de prestar exame prévio de habilitação (PINHEIRO/CURY, 2006, p. 9).

Outro integrante desta família de grande destaque político, e que superou as fronteiras paraibanas, foi Joaquim Manuel Carneiro da Cunha. Natural de Pernambuco, morador no engenho Abiahy – parte de sua propriedade –, esteve entre os revoltosos de 1817 e por isso, teve seus bens confiscados ficando preso na Bahia até 1821. Voltou para a Paraíba e foi eleito deputado na Assembléia Constituinte de 1823.

Carneiro da Cunha estava entre os deputados mais preparados na Constituinte de 1823 e, na descrição de Rodrigues (1974, p. 273), “junto com Montezuma um dos mais bravos”. Em seus discursos na Assembléia, teve vários confrontos políticos com os ilustrados irmãos Andradas, que eram conhecidos pelo seu poder discursivo. Nos debates do projeto de criação de universidades no Brasil, Carneiro da Cunha teve uma participação muito interessante. O projeto de criação de universidades foi apresentado pelo deputado do Rio Grande do Sul, Fernandes Pinheiro, na sessão de 14 de julho de 1823. Segundo Chizzotti (2001, p. 44.), o discurso do deputado foi “Tão veemente que, sem discussão foi requerida e unanimemente aceita a urgência e remetida incontinenti, à Comissão de Instrução”.

A Comissão de Instrução ficou responsável pela formulação de um projeto de instalação das universidades. Este projeto foi apresentado a 19 de agosto e previa a instalação de duas universidades. Destas, uma em São Paulo; outra, em Olinda. Logo que os debates se iniciaram, a grande discussão foi sobre a localização de tal estabelecimento, com cada proponente apresentando as vantagens materiais, culturais, morais, ecológicas e pedagógicas dos locais que defendiam.

No dia 27 de agosto, Carneiro da Cunha, que participou de todas as discussões na Assembléia, apresentou uma emenda sugerindo a criação de duas universidades – uma no Maranhão e outra na Bahia; além de dois colégios de ciências naturais – um em São Paulo e outro em Mariana; uma faculdade de Leis e Filosofia, em Olinda. Para ele, era importante

que se começasse pela Bahia, pois esta era o centro do Brasil e havia, nesta Província, o gosto pelas letras e um grande número de alunos baianos em Coimbra. E como uma de suas maiores preocupações estava a distância das distrações, do divertimento e do luxo da Corte (1823, t. I, p. 145).

Muitas alternativas foram apresentadas com cada um dos deputados defendendo sua Província e a maioria pleiteava o Rio de Janeiro como o lugar ideal para essa construção. No dia 28 de agosto, Carneiro da Cunha pronunciou-se novamente fazendo uma longa análise e se opondo ao Rio de Janeiro como sede. Para o deputado paraibano, São Paulo seria mais adequado para a localização da futura universidade brasileira. O Deputado finalizou seu discurso com a proposta de se estabelecer a universidade na Paraíba. Para defender sua proposta, dizia que favoreciam a Paraíba os seguintes fatores como “pelo clima moderado, abundância de víveres, todas as comodidades necessárias para a subsistência, e nenhuma distração ou divertimento (1823, t. I, p. 148).”

Alguns pesquisadores percebem um certo gracejo de Carneiro da Cunha chamando esta proposta de “divertida”; mas se atentarmos para a sua fala, no momento em que defendeu a Bahia como sede da futura universidade brasileira, podemos perceber que as preocupações do deputado paraibano eram as mesmas. Ele defendia um local onde as diversões não atrapalhassem os estudos dos jovens e a Cidade da Parahyba poderia, sim, ser a sede, ou seja, de engraçada a proposta não tinha nada, mas a percebemos como uma séria preocupação por parte de Carneiro da Cunha de se evitar que os jovens ficassem envolvidos com os divertimentos da Corte de D. Pedro. O pedido justificou-se porque o Norte, naquela época, era rico não só em construções, mas em toda a sua economia. Sodré (1986, p. 176), ao analisar as bases da Independência, afirmou: “[...] a preponderância econ mica e democrática pertencia ao Norte e Nordeste, não ao centro-sul, onde a monarquia tinha sede”.

O Barão de Abiahy, Silvino Elv dio Carneiro da Cunha, outro integrante desta família, quando foi presidente da Província em 1874 tomou várias medidas no sentido de aprimorar o ensino na Paraíba. Entre estas medidas, ele agrupou algumas cadeiras

de primeiras letras em um único prédio. Uma espécie de prenúncio da *era dos grupos escolares*. Durante sua presidência, atuou muito na questão da instru o. Em 1866, atuou no cargo de Diretor da Instru o Pública; foi presidente das províncias do Rio Grande do Norte, Alagoas e Maranhão. Em 1874, decretou a cria o de uma cadeira de Ensino normal no Lyceu, fechou o Lyceu de Artes e Ofícios que teria pouca freq ncia para investir na melhoria das instala es escolares, dando início   constru o do prédio da Escola Normal. Foi na sua presidência, no ano de 1876, que o Lyceu pode realizar exames válidos para os cursos superiores do país. Esta medida propiciou o aumento da freq ncia de alunos na institui o.

Alguns anos depois, o Barão do Abiahy tentou a cria o de um Curso de Direito na capital. Em 1885, a Paraíba já abrigava um grande número de doutores que haviam se formado na Faculdade de Direito de Recife. Foi neste ano que o Barão de Abiahy idealizou a cria o de um curso jurídico ou academia livre. Os jornais da época noticiaram e deram grande cobertura. O Diário da Parahyba do dia 10 de junho relatou que se “Realizou-se no domingo último, 7 do corrente, em um dos salões de edifício do Thesouro Provincial, a reunião dos senhores bacharéis residentes desta capital para se tratar da funda o de um curso jurídico ou academia livre”.

O empenho para a funda o do curso foi muito grande com os estatutos aprovados, as cadeiras assumidas e o local designado: o Lyceu.

Esta atitude de criar um Curso de Direito pelo Barão do Abiahy fracassou justamente nesta festa. No momento em que a passeata começava a se movimentar as atitudes de alguns estudantes de Direito, que disputavam a preeminência no festival, irritou os alunos do Lyceu que atacaram estes com pauladas. As autoridades retornaram às suas casas sem presenciar a inaugura o do Curso de Direito. A idéia, assim, não vingou e os estudantes do Lyceu foram festejar com um sarau dançante na casa do C nsul Floripes Flores no Bairro de Tambi .

O Barão do Abiahy foi um dos últimos nomes da família Carneiro da Cunha que teve alguma preocupa o com a questão da instru o pública na Parahyba. Preocupa o que se formou a partir das

idéias iluministas repassadas pelo Seminário de Olinda para os homens que lutaram na revolução de 1817. Entre eles, Estevão Carneiro da Cunha.

Uma tentativa de conclusão

Procuramos, neste artigo, apresentar, através de uma importante família da aristocracia agrária paraibana e da influência do Seminário de Olinda, o desenvolvimento educacional na Paraíba desde os anos de 1823 até os fins de 1874 quando tivemos um dos últimos integrantes desta família presidindo a Província. Muitas questões ainda estão para ser analisadas, mas como nossa pesquisa no âmbito do Grupo de Pesquisa em História da Educação na Paraíba Imperial (GPHEPI) ainda está em andamento temos a certeza de que temos ainda muito trabalho à frente na tentativa de preencher as lacunas da história da educação na Paraíba Imperial. Para quem se desafie a trabalhar com este período, existem muitos temas instigantes ainda a serem trabalhados e como diz CURY (2006, p. 7),

Em especial, para aqueles que têm como desafio se debruçarem sobre o período imperial na tentativa de compreender, mesmo que parcialmente, o tecido sócio-cultural, as relações de poder e econômicas que se deram nas Províncias do Império, no interior dos debates sobre educação que animaram à época as proposições dos legisladores e homens de letras.

Concluindo, podemos dizer que o Seminário de Olinda teve uma grande influência na propagação das idéias iluministas na Paraíba e alguns dos membros da família Carneiro da Cunha foram muito influenciados por tais idéias. Estevão José Carneiro da Cunha, por exemplo, com seus procedimentos em favor da educação e da melhoria das condições de vida da Capital, estava na verdade atendendo a uma aspiração generalizada por educação que era uma característica daquele período na Paraíba, com os jovens tentando ocupar o espaço deles na sociedade a partir da ilustração que tinham que buscar em Pernambuco.

A partir deste período, a educação na Paraíba, apesar de sempre estar ao sabor dos problemas econômicos e climáticos em maior ou menor escala, foi tendo um crescimento. Se não em qualidade ao menos em números de cadeiras, podemos perceber tal avanço. O acontecimento mais importante para a instrução da Parahyba do Norte, neste período, acreditamos ter sido a criação do Liceu Paraibano no governo de Manuel Maria Carneiro da Cunha. A fundação do Lyceu Paraibano foi uma atitude que manteve viva a idéia de uma faculdade de ensino superior tão desejada naquele momento pela província da Parahyba do Norte.

A documentação nos trouxe importantes questões que precisam ser melhor analisadas no que diz respeito ao projeto de nação que os gestores públicos desejavam naquele momento. Acreditamos que outras questões, ainda com respostas parciais, são postas aos pesquisadores de História da Educação que se debruçarem sobre o período imperial.

REFERÊNCIAS

As Juntas Governativas e a Independência. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, Conselho Federal de Cultura, 1973.

ALVES, Gilberto Luiz. **O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda.** (1800-1836) Ibitinga, SP:Humanidades, 1993.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História.** (Trad. J. Ginzburg e Tereza Cristina Silveira da Mota). São Paulo: Perspectiva, 2005.

CURY, Claudia Engler. **As práticas instrucionais no Lyceu Parahybano (1836-1889) Configurações dos planos de ensino e o ensino de História.** Congresso Luso Brasileiro, Uberlândia (2006).

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA GERAL CONSTITUINTE E LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL-1823. Câmara dos Deputados. 1973

FÁVERO, Osmar.(org) **A educação nas constituintes brasileiras, 1823-1988**. 2. ed. Ver. Ampl.-Campinas, SP: Autores Associados, 2001, - (Coleção Memória da Educação).

HOLLANDA, Sérgio Buarque de.(org) **Obras econômicas de J.J. da Cunha de Azeredo Coutinho**. São Paulo: Nacional, 1966.

KULESZA, W. A. **Ciência, Educação e Sociedade na Paraíba Colonial**. In: XIV Encontro de pesquisa educacional do nordeste. Salvador: ANAIS, 1999.

KULESZA, W. A. **O ensino de ciências na Paraíba imperial**. Educare, João Pessoa, v. 2, 2000.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. IN: Enciclopédia Einaudi, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LOPES, Eliana Marta Teixeira. **Perspectivas históricas da educação**. São Paulo: Ed. Ática. 4º ed. (Série Princípios), 2001.

MELLO, Jose Baptista. **Evolução do Ensino na Paraíba**. João Pessoa: 1996 (Coleção Biblioteca Paraíba).

PINHEIRO Antonio Carlos Ferreira/CURY, Cláudia Engler. (orgs) **Leis e Regulamentos da Instrução da Paraíba no Período Imperial**. Coleção Documentos da Educação Brasileira. Brasília, INEP, 2004.

PINHEIRO, A. C. F. ; CURY, Cláudia Engler . **A Instrução Secundária na Província da Parahyba do Norte (1822-1889): O Lyceu Parahybano**. In: VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, 2006, Campinas. 20 anos de HISTEDBR-

Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. v. 1. p. 1-16.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **As peculiaridades da Instrução Pública e Particular na Província da Parahyba do Norte (1860 a 1889)** Congresso Luso Brasileiro, Uberlândia, 2006.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**, vol. 1, João Pessoa: Ed. UFPB, 1977.

REIS, José. Carlos. **Nouvelle Histoire e tempo histórico - as contribuições de Febvre, Bloch e Braudel**. São Paulo: Ática, 1994.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil: introdução metodológica**. 5 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

RODRIGUES, José Honório. **A Assembléia Constituinte de 1823**. Petrópolis, Editora Vozes, 1974.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. **As raízes da Independência**. São Paulo: Difel, 1986.

SOIHET. R, BICALHO M.F.B.,GOUVEIA M.F.S. **Culturas Políticas, ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005 .

VIEIRA, Evaldo. “Por uma história da educação que esteja presente no trabalho educativo”. In: **Educação e Sociedade**. São Paulo, Cortez, 4(12), set. 1982. Congresso Luso Brasileiro, Uberlândia.

Sobre o autor:

Cristiano Ferronato é licenciado em História pela Universidade Estadual de Maringá e Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Desenvolve pesquisas nas áreas de História; Ensino de História; História da Educação no século XIX e instituições escolares na Paraíba. Atualmente é professor da UVA/UNAVIDA; membro do GT-Paraíba do HISTED-BR e do Grupo de Pesquisa em História da Educação na Paraíba do XIX. E-mail: cristianoferronato@gmail.com.br